

BOLETIM DE LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS DO TJMG

Periodicidade: semanal

Nº 241 – Outubro

Período de: 13/10/2012 a 19/10/2012

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 7.826	DOU; 16/10/2012	Altera o Decreto nº 6.558, de 8 de setembro de 2008, que institui a hora de verão em parte do território nacional, para incluir o Estado de Tocantins e excluir o Estado da Bahia em sua abrangência.	Dec. 7.826 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 7.829	DOU; 18/10/2012	Regulamenta a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.	Dec. 7.829 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 7.830	DOU; 18/10/2012	Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências.	Dec. 7.830 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 12.726	DOU; 17/10/2012	Acrescenta parágrafo único ao art. 95 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para dispor sobre o Juizado Especial Itinerante.	Lei 12.726 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 12.727	DOU; 18/10/2012	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012	Lei 12.727 (Site da Presidência da República)

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
--------------------	-------------------------------	----------------------	---------------------------------

DECRETO COM NUMERAÇÃO ESPECIAL Nº 666	Minas Gerais; 17/10/2012	Determina ponto facultativo para as comemorações do Dia do Servidor Público	Dec. 666 (Site da ALMG)
LEI COMPLEMENTAR Nº 124	Minas Gerais; 18/10/2012	Altera a Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte.	Lei Compl. 124 (Site da ALMG)
ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA			
Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 159	DJE/CNJ; 19/10/2012	Dispõe sobre a formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário.	Res. 159 (Site do CNJ)
ATOS NORMATIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA			
Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 410	DJE/STJ; 18/10/2012	Prorroga prazos processuais.	Port. 410 (Site do STJ)
ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS			
Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 2.809	DJE; 15/10/2012	Designa integrante do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais.	Port. 2.809 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 258	DJE; 15/10/2012	Dispõe sobre o aproveitamento e a expansão do Projeto Themis no Tribunal de Justiça.	Port.-Conj. 258 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 259	DJE; 16/10/2012	Regulamenta a atuação de magistrados, servidores e estagiários da Justiça de Primeira e Segunda Instância, no final de semana dos dias 10 e 11 de novembro de 2012, durante a “Semana Nacional da Conciliação”.	Port.-Conj. 259 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 260	DJE; 16/10/2012	Designa os responsáveis pela manutenção da regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.	Port.-Conj. 260 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 261	DJE; 18/10/2012	Dispõe sobre o plantão noturno no Tribunal nos dias que antecedem e sucedem ao dia do servidor público, em 1º de novembro, e ao feriado de Finados, dia 2 de novembro, no ano de 2012.	Port.-Conj. 261 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 262	DJE; 18/10/2012	Dispõe sobre o plantão noturno no Tribunal de Justiça nos dias que antecedem e sucedem ao feriado da Proclamação da República, dia 15 de Novembro de 2012.	Port.-Conj. 262 (Site do TJMG)
ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA			
Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral

AVISO Nº 52	DJE; 16/10/2012	Retifica o Anexo IV do Aviso nº 32/CGJ/2012, publicado no Diário do Judiciário eletrônico de 10 de julho de 2012, que contém a relação geral dos serviços notariais e de registro com vacância declarada no Estado de Minas Gerais.	<p>Diário do Judiciário Eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br</p> <p>ou</p> <p>Base de atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça, disponível no portal http://www.tjmg.jus.br/corregedoria/codigo_normas/</p>
AVISO Nº 54	DJE; 18/10/2012	Avisa que encontra-se disponível na página da INTERNET do Tribunal de Justiça, a partir da publicação deste, o arquivo próprio do SISCOM – Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas – contendo informações sobre o padrão de desempenho, produtividade e presteza no exercício jurisdicional, relativo ao período de outubro de 2011 a setembro de 2012.	
PORTARIA Nº 2.362	DJE; 15/10/2012	Determinar a realização de Correição Extraordinária Parcial na Comarca de Borda da Mata com a finalidade de fiscalizar os serviços notariais e de registro, para verificação de sua regularidade e conhecer de denúncias, reclamações ou sugestões apresentadas.	
PORTARIA Nº 2.363	DJE; 15/10/2012	Determinar a realização de Correição Extraordinária Parcial na Comarca de Bueno Brandão com a finalidade de fiscalizar os serviços notariais e de registro, para verificação de sua regularidade e conhecer de denúncias, reclamações ou sugestões apresentadas.	
PORTARIA Nº 2.366	DJE; 15/10/2012	Constitui Grupo de Trabalho para padronizar as atividades exercidas pelas Gerências de Fiscalização Regional do Foro Judicial.	
PORTARIA Nº 2.372	DJE; 15/10/2012	Disciplina a suspensão dos prazos processuais relativos aos feitos que tramitam na 29ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte.	
PORTARIA Nº 2.374	DJE; 15/10/2012	Determinar, com base no artigo 45 do Provimento nº 161/CGJ/2006, a realização de Inspeção Técnica nos serviços judiciais da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais e na 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Matozinhos, com a finalidade de fiscalizar os serviços do foro judicial, para verificação de sua regularidade e conhecer de denúncias, reclamações ou sugestões apresentadas.	

PROVIMENTO- CONJUNTO Nº 23	DJE; 15/10/2012	Altera o parágrafo único do art. 55 do Provimento Conjunto nº 15/2010, de 26 de abril de 2010, que dispõe sobre o recolhimento das custas judiciais, da Taxa Judiciária, da fiança, das despesas processuais e de outros valores devidos no âmbito da Justiça Estadual de primeiro e segundo graus e dá outras providências.	
RECOMENDA- ÇÃO Nº 28	DJE; 15/10/2012	Recomenda aos magistrados e servidores a estrita obediência ao disposto na Portaria nº 1.745, de 2005 e, no caso de surgimento de demanda para a aquisição de bens e/ou serviços não enquadrados nas hipóteses da Portaria, mas que possam ser adquiridos por dispensa de licitação (art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993).	
RECOMENDA- ÇÃO Nº 29	DJE; 18/10/2012	Recomenda aos magistrados, ressalvadas as decisões em medidas urgentes ou de natureza cautelar indispensáveis, que suspendam o julgamento dos processos que tratem, com fundamento na interpretação e aplicação da Constituição da República, da restituição de valores descontados de servidores estaduais a título de contribuição para o custeio da assistência à saúde, prevista no art. 85 da Lei Complementar nº. 64/2002, até o julgamento final dos processos nºs.1.0024.11.173436-4/002, 1.0024.11.229340-2/002 e 1.0024.11.264151-9/003, pelo Superior Tribunal de Justiça.	

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br